



Número: **0602281-55.2022.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Wolff Bodziak**

Última distribuição : **12/09/2022**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Cargo - Deputado Estadual - RICARDO ARRUDA NUNES - ELEICAO 2022 , PL-Partido Liberal**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  | Advogados                       |
|---|---------------------------------|
| RICARDO ARRUDA NUNES (REQUERENTE)                                 |                                 |
|   | GUSTAVO SWAIN KFOURI (ADVOGADO) |
| ELEICAO 2022 RICARDO ARRUDA NUNES DEPUTADO ESTADUAL (INTERESSADO) |                                 |
|   | GUSTAVO SWAIN KFOURI (ADVOGADO) |

| Outros participantes                           |  |
|--|--|
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) |  |

| Documentos |                     |                |         |
|------------|---------------------|----------------|---------|
| Id.        | Data da Assinatura  | Documento      | Tipo    |
| 43474857   | 06/12/2022<br>17:39 | <u>Acórdão</u> | Acórdão |



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 61.605**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 0602281-55.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** FERNANDO WOLFF BODZIAK

**INTERESSADO:** ELEICAO 2022 RICARDO ARRUDA NUNES DEPUTADO ESTADUAL

**ADVOGADO:** GUSTAVO SWAIN KFOURI - OAB/PR35197-A

**REQUERENTE:** RICARDO ARRUDA NUNES

**ADVOGADO:** GUSTAVO SWAIN KFOURI - OAB/PR35197-A

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral I

**ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPUTADO ESTADUAL. ATRASO NO ENVIO DE RELATÓRIO FINANCEIRO. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL FALHAS FORMAIS QUE NÃO TEM O CONDÃO DE COMPROMETER A REGULARIDADE DAS CONTAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.**

- 1. O atraso na entrega dos relatórios financeiros constitui irregularidade meramente formal.**
- 2. A ausência de registro na prestação de contas parcial, de doações e de gastos realizados em data anterior é falha que não compromete a regularidade das contas, autorizando tão somente a anotação de ressalvas.**
- 3. A existência de inconsistências meramente formais, que não comprometeram a análise das contas são desprovidas do condão de macular as contas e ensejar a sua desaprovação.**
- 4. Contas aprovadas com ressalvas.**

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 02/12/2022



## RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas apresentada por RICARDO ARRUDA NUNES, candidato ao cargo de Deputado Estadual, pelo Partido Liberal – PL, nas Eleições de 2022.

O candidato apresentou tempestivamente suas contas finais relativas à campanha eleitoral de 2022.

Publicado edital, ID 43310276, o prazo previsto no art. 56, caput, da Res. TSE nº 23.607/2019 transcorreu sem impugnação do Ministério Público ou de qualquer outro candidato ou partido político, conforme certidão ID 43380834.

A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal, órgão técnico responsável pelo exame das contas emitiu parecer de diligências, ID 43380915, manifestando-se pela necessidade de *“reapresentação da prestação de contas, com as informações e/ou documentos eventualmente faltantes, através do Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral – SPCE, com “status” de PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL RETIFICADORA, a qual deverá ser gerada e, após enviada pela INTERNET, e posterior entrega da mídia com o arquivo na Seção de Protocolo do TRE-PR, conforme estabelece o art. 71, inciso I e §§ 1º, 3º e 4º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.”*

Devidamente intimado, o candidato manifestou-se mediante petição ID 43393630 e juntou a documentação diretamente no PJE (ID 43393631 e seguintes).

Na sequência foi emitido o parecer conclusivo, ID 43397720, manifestando-se pela aprovação com ressalvas face ao relatado nos itens **1.2 (descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral, em relação à algumas doações (art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019)) e 9.1 (gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época (art. 47, § 6º, da Resolução TSE n. 23.607/2019))**.

Intimado acerca do parecer conclusivo, manifestou sua ciência no ID 43417020.

O Ministério Público Eleitoral apresentou parecer, ID 43429666, ponderando que *“Conquanto identificadas falhas pelo Setor Técnico no presente caso, observa-se que estas não possuem o condão de comprometer a regularidade das contas, recomendando sua desaprovação, porquanto aparentemente restaram preenchidas as demais exigências estabelecidas na Lei nº 9.504/97 e na Resolução TSE nº 23.607/201”*.

É o relatório.

## VOTO

A função precípua da prestação de contas é viabilizar a fiscalização dos gastos e das arrecadações pela Justiça Eleitoral.

Nas palavras de José Jairo Gomes: *“A omissão – total ou parcial– de dados na prestação de contas denota desinteresse do candidato ou partido em submeter-se ao controle jurídico-contábil, em revelar a origem e o destino exatos dado aos valores arrecadados e empregados na campanha. A falta de transparência faz brotar a presunção de que a campanha se desenvolveu por caminhos escusos, inconfessáveis, incompatíveis com os princípios que informam o Estado Democrático de Direito; induz a crença de que os autos de prestação de contas não passam de peça ficcional, longe, pois, de espelhar a realidade.”* (Direito Eleitoral, 14ª ed., Atlas, cap. 15.2.4).



No caso, cuida-se da Prestação de Contas apresentada por Ricardo Arruda Nunes, candidato ao cargo de Deputado Estadual, pelo Partido Liberal – PL, nas Eleições Gerais de 2022, tendo sido eleito.

Segundo o Parecer Conclusivo, os recursos utilizados na campanha do candidato totalizaram R\$ 350.527,36 constituindo-se de:

R\$ 187.819,36 – doação de recursos financeiros por pessoas físicas (Outros Recursos)

R\$ 2.325,00 – doação de recursos financeiros por outros candidatos (Outros Recursos)

R\$ 150.000,00 – doação de recursos financeiros por partido político (FEFC)

R\$ 10.383,00 – doação de recurso estimável em dinheiro por partido político (Fundo Partidário)

A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias, em seu parecer conclusivo, opinou pela aprovação com ressalvas das contas, face:

***i) ao descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral, em afronta ao art. 47, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.***

O parecer técnico conclusivo foi emitido nos seguintes termos:

Esclarece, ainda, que, por conta de sobredita irregularidade, o prestador de contas, em reposta (ID 43393630) argumentou: *“que apesar do atraso da informação prestada a inconsistência foi constatada a partir da declaração da receita, sendo certo que a finalidade da prestação de contas foi atingida, eis que no caso concreto foi identificada de forma incontestada a origem dos recursos aplicados em campanha”*.

A obrigação de apresentar as informações de arrecadação e gastos nas Prestações de Contas parciais, bem como os relatórios financeiros de arrecadações está prevista no art. 28, § 4º, I e II da Lei nº 9.504/1997, reproduzido no art. 47 da Res.-TSE nº 23.607/2019 c/c o art. 7º, V da Res.- TSE nº 23.624/2020:

#### Lei das Eleições

Art. 28. A prestação de contas será feita:

[...]

§ 4º Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a divulgar em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim na rede mundial de computadores (internet):

I - os recursos em dinheiro recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas de seu recebimento;

II - no dia 15 de setembro, relatório discriminando as transferências do Fundo Partidário, os recursos em dinheiro e os estimáveis em dinheiro recebidos, bem como os gastos realizados.

Res.-TSE 23.607/2019

**Art. 47. Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a enviar por meio do SPCE à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim (Lei nº 9.504/1997, art. 28, § 4º):**



I - os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento;

[...]

**§ 2º Os relatórios de campanha de que trata o inciso I do caput serão informados à Justiça Eleitoral, por meio do SPCE, em até 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data de recebimento da doação, considerando-se data de recebimento a de efetivo crédito nas contas bancárias de campanha, sempre que a arrecadação for realizada por cartão de crédito ou mecanismo de financiamento coletivo.**

§ 3º O relatório financeiro de campanha será disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral na sua página na internet em até 48 (quarenta e oito) horas, ocasião em que poderão ser divulgados também os gastos eleitorais declarados, bem como as doações estimáveis em dinheiro.

[...]

§ 6º A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, salvo justificativa acolhida pela justiça eleitoral, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final.

§ 7º A ausência de informações sobre o recebimento de recursos financeiros de que trata o inciso I do caput deve ser examinada de acordo com a quantidade e os valores envolvidos na oportunidade do julgamento da prestação de contas, podendo levar à sua desaprovação.

[...]

Res.-TSE 23.624/2020

Art. 7º, V - a prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 21 e 25 de outubro de 2020, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 20 de outubro de 2020 (ajuste referente ao § 4º do art. 47 da Res.-TSE nº 23.607/2019, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 107/2020, art. 1º, § 1º, VI).

(negritos nossos)

Na espécie, houve descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral, em relação à doação mencionada no quadro demonstrativo antes transcrito.

Ocorre que tal descumprimento, consoante se extrai do parecer conclusivo, ensejou a manutenção da inconsistência apontada, haja visto que *“as contas prestadas parcialmente não refletiram a efetiva movimentação de recursos”*, sendo que, ao final, o setor técnico se manifestou pela aprovação da contas com ressalvas, tendo no mesmo sentido o posicionamento do Ministério Público Eleitoral.

De acordo com o entendimento firmado pela jurisprudência *“o atraso na apresentação dos relatórios financeiros ou a omissão de despesas na prestação de contas parcial não ensejam a desaprovação das contas, tendo em vista que as informações podem ser declaradas na prestação de contas final. Precedentes:*



AI 0600055–29, rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 29.4.2020; e PC 0601213–56, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 2.5.2022.” ((Prestação de Contas nº 060121441, Acórdão, Relator(a) Min. Sérgio Silveira Banhos, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 218, Data 28/10/2022). Sobre a hipótese vertente, inclusive, o posicionamento desta Corte, conforme se segue:

**EMENTA - ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. NÃO VERIFICAÇÃO. ATRASO NO ENVIO DE RELATÓRIO FINANCEIRO. PEQUENO VALOR. GRAVIDADE NÃO CARACTERIZADA. RES.-TSE Nº 23.607/2019, ART. 47, § 6º. ATRASO NA ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS DE CAMPANHA. CONTA OUTROS RECURSOS ABERTA DENTRO DO PRAZO DE 10 DIAS PREVISTO NO ART. 8º, § 1º, I DA RES.-TSE 23.607/2019. AUSÊNCIA DE REPASSE DE VERBA PÚBLICA AO CANDIDATO. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA PARA A MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO FEFC E FUNDO PARTIDÁRIO DISPENSÁVEL. IRREGULARIDADE AFASTADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.**

**1. A fixação de prazos para a apresentação das contas parciais e de relatórios financeiros tem a finalidade de garantir a transparência da movimentação financeira da campanha e viabilizar a necessária fiscalização concomitante pela Justiça Eleitoral, Ministério Público, partidos, demais candidatos e eleitores.**

(...)

3. A apresentação intempestiva das contas e dos relatórios financeiros ou a entrega das contas parciais com inconsistências, relativas a omissões de despesas ou receitas, pode ocasionar prejuízos à correta fiscalização e confiabilidade da prestação, bem como constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitores. Precedente do TSE: PC nº 52517, Acórdão, rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe 03/11/2020.

**4. Contudo, se o atraso no envio dos relatórios financeiros se referir a valores pequenos no contexto global da prestação de contas do candidato, revela-se adequada apenas a oposição de ressalva no ponto, em razão da aplicação do princípio da razoabilidade.**

(...)

(Prestação de Contas nº 06003852320206160169, Acórdão de , Relator(a) Des. Roberto Ribas Tavarnaro\_4, Publicação: DJ - Diário de justiça, Tomo DJE, Data 20/07/2021)

(negritos nossos)

No caso, verificou-se que o atraso na entrega de relatórios financeiros de campanha, fora do prazo estabelecido pela legislação eleitoral, não prejudicou a análise das contas.

Trata-se, pois, de irregularidade formal, que implica apenas na oposição de ressalvas.

***ii) gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época (art. 47, § 6º, da Resolução TSE n. 23.607/2019)***

Pela unidade técnica foram detectados gastos havidos em data anterior à data da entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época:



Constou, também, que o prestador de contas, em petição (ID 43393630), alegou que *“apesar do atraso na prestação de informação o fato não vicia a prestação de contas, sendo certo que o gasto, apesar de contratado em data anterior à primeira parcial não a integrou por erro material na transmissão de dados”*, tendo o setor técnico mantido a inconsistência e, ao final, opinado pela aprovação das contas com ressalvas. Sobre o assunto, esta Corte já se manifestou no sentido de que *“A omissão, na prestação de contas parcial, de doações e de gastos realizados em data anterior à sua entrega configura impropriedade sanável, que não impede a fiscalização pela Justiça Eleitoral, se as informações pertinentes constaram na prestação de contas final.”* (Prestação de Contas nº 06028023920186160000, Acórdão de Relator Dr. Roberto Ribas Tavnaro, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 22/09/2020)

Em conclusão, examinadas as irregularidades, depreende-se que, apesar das inconsistências apontadas, não foi constatado em quaisquer dos pareceres que tal situação tenha comprometido a análise da regularidade e da confiabilidade das contas, tanto que constou em ambos a manifestação pela aprovação com ressalvas.

Nestas condições, acolho ambos os pareceres para aprovar, com ressalvas, as contas do candidato.

## DISPOSITIVO

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Corte APROVE, COM RESSALVAS, as contas de RICARDO ARRUDA NUNES, relativas à campanha eleitoral de Deputado Estadual nas Eleições Gerais de 2022.

**DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK – RELATOR**

## EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12193) Nº 0602281-55.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK - INTERESSADO: ELEICAO 2022 RICARDO ARRUDA NUNES DEPUTADO ESTADUAL - Advogado do INTERESSADO: GUSTAVO SWAIN KFOURI - PR35197-A - REQUERENTE: RICARDO ARRUDA NUNES - Advogado do REQUERENTE: GUSTAVO SWAIN KFOURI - PR35197-A.

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Monica Dorotea Bora.

SESSÃO DE 02.12.2022.

